



Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito
e Políticas Públicas



PROGRAMA DE DISCIPLINA

Disciplina Optativa. Linha 1. Políticas públicas de prestação jurisdicional e efetividade dos Direitos Fundamentais no Estado Democrático de Direito.

4 créditos/15 encontros

PROFESSORES

Sílzia Alves Carvalho – UFG/FD. *ID Lattes: 4479623908963181*
silzia_carvalho@ufg.br

Platon Teixeira De Azevedo Neto – UFG/FD. *ID Lattes: 2017473090623178*
platon.teixeira@ufg.br

EMENTA

Estudo crítico da garantia Constitucional de acesso à justiça e as políticas públicas judiciárias de tratamento adequado de solução dos conflitos de interesses que envolvam a administração pública e os entes de direito privado. Abordagem dos métodos de resolução de conflitos, e, a atuação das Cortes Internacionais para a solução dos controvérsias em que seja parte o Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMADO

A prestação de justiça no Estado Democrático de Direito a partir da Constituição brasileira de 1985 e a atuação das Cortes Internacionais para a efetividade do acesso à justiça, em casos em que o Brasil seja parte.

DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Durante o curso os problemas atinentes ao sistema de prestação de justiça serão objeto de discussões a partir do referencial teórico da abertura sistêmica e crítica do direito como uma área autônoma do conhecimento, considerando as transformações que marcaram o ingresso no Século XXI, as quais são reconhecidas como significativas para o direito.

O pensamento jurídico a respeito das metodologias para a solução dos conflitos sociais deverá ultrapassar o sentido formal da resolução do processo, em uma perspectiva quantitativa com relação à eficiência e eficácia metodológica. Propõe-se a repensar a Teoria Geral do Processo a partir do instrumentalismo metodológico e da crítica sistêmica do direito.

O acesso à justiça é considerado uma garantia fundamental no Estado Democrático de Direito, demandando a reforma da Constituição brasileira em 2004 e a conseqüente criação de um órgão para promover o aprimoramento das funções do Poder Judiciário - o Conselho Nacional de Justiça. O CNJ é responsável, entre outras atribuições, pela definição das políticas públicas



no sistema de justiça, a fim de assegurar o direito fundamental Constitucional do acesso à justiça.

O curso será orientado para a elaboração de conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para a crítica, a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas de prestação de justiça e de ações de revisão e aprimoramento da compreensão a respeito das metodologias para a resolução de conflitos de interesses.

O método *brainstorming* será adotado na reelaboração da problematização e na construção crítica de possíveis soluções práticas, contudo, fundamentadas nos conhecimentos teorizados e nas experiências jurídicas a respeito dos temas propostos.

A disciplina será ministrada por meio de seminários envolvendo os mestrandos e os professores da disciplina.

A avaliação será realizada por meio de um artigo individual a ser encaminhado para os professores na última atividade programa na disciplina, de acordo com o cronograma.

UNIDADES TEMÁTICAS

- 1 – O sistema processual no contexto do pensamento jurídico.
 - 1.1 – O pensamento tradicional e o pensamento crítico sobre o processo.
 - 1.2. – Ciência, instrumentalismo e criticismo processual.
 - 1.3. – A garantia de acesso à justiça.
 - 1.4. – Acesso à justiça formal e material.

- 2 – O sistema internacional de acesso à justiça.
 - 2.1. – Justiciabilidade e acesso à justiça.
 - 2.2. – Cortes internacionais.
 - 2.3. – A consensualidade nas cortes internacionais.

3. – Política pública de acesso à justiça.
 - 3.1. – Conselho Nacional de Justiça-CNJ e definição da política pública.
 - 3.2. - Justiça em números
 - 3.3. – Métodos Autocompositivos e Heterocompositivos
 - 3.4. - Métodos adequados de resolução de conflitos.

4. – A política pública de resolução de conflitos.
 - 4.1. – Consensualidade, Dialogicidade e procedimentalismo.
 - 4.2. – Política judiciária de resolução de processos.
 - 4.3. – Política pública de resolução de conflitos de interesses sociais
 - 4.4. - Eficiência, eficácia, efetividade e celeridade.

CRONOGRAMA – Execução no 2º semestre de 2021

5ª FEIRA – DAS 19 horas às 22h20 horas – Plataforma: google meet

Link de acesso: meet.google.com/bph-gcnp-zre

AGOSTO: 5, 12, 19 e 26 – 16 horas

SETEMBRO: 2, 9, 16, 23 e 30 – 20 horas

OUTUBRO: 7, 14, 21, 28 – 16 horas

NOVEMBRO: 4, 11, 18 – 12 horas

PLANO DE AULAS

Mês	Unidade temática
Agosto 16 h/aulas – 4 encontros	1
Setembro 20 h/aulas – 5 encontros	2 e início 3
Outubro 16 h/aulas – 4 encontros	3 e início 4
Novembro 12 h/aulas – 3 encontros	4

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron. ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza.** Tradução Cristina Serra, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2012.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** Trad. Virgílio Afonso da Silva, 2ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2ª ed., São Paulo, Editora Pioneira-Thomson Learning, 2001.

ARNAUD, André-Jean. LOPES JR., Niklas Luhmann: **Do sistema social à sociologia jurídica.** Trad. Dalmir Lopes Jr., Daniele Andréia da Sila Mão, Flávio Elias Riche. Rio de Janeiro, Editora Lumén Juris, 2004.

AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de. **A justiciabilidade dos direitos sociais nas Cortes internacionais de justiça.** São Paulo, LTr, 2017.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito processual constitucional. Aspectos contemporâneos.** 1ª reimpressão, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2008.



BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo. Influência do direito material sobre o processo.** 6ª ed. rev.e ampliada, São Paulo, Malheiros Editores, 2011.

CALAMANDREI, Pietro. **Direito Processual Civil.** Trad. Luiz Abezia e Sandra Drina Fernandez Barbieri. São Paulo, Bookseller, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 6ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro. **Access to Justice. The anthropological perspective,** Vol. IV. Edited by Klaus-Friedrich Koch. Milão, Dott. A. Giuffrè Editore, 1979.

_____. **Proceso, Ideologias, Sociedad.** Trad. Santiago Sentís Melendo y Tomás A. Banzhaf, Buenos Aires, Ediciones Juridicas Europa-America, 1974.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do Processo Civil.** Trad. Arián Sotero De Witt Batista, São Paulo, Servanda, 1999.

_____. **Sistema de Direito Processual Civil.** Trad. Hiltomar Martins Oliveira, 1ª ed, São Paulo, ClassicBook, 2000.

CASTILHO, Ricardo. **Acesso à justiça.** São Paulo, Editora Atlas, 2006.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil.** Trad. Paolo Capitanio, 2ª ed, São Paulo, Bookseller, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A nova era do processo civil.** 1ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2004.

_____. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria Geral do Novo Processo Civil.** São Paulo, Malheiros Editores, 2016.

GARCÍA-RUBIO, Miguel; ROSALES-LÓPEZ, Virginia. **Justicia y economía: evaluando la eficiencia judicial em Andalucía.** Revista para el Análisis del Deretcho, Barcelona, v. 4, p. 1-26, 2010.

GRAU, Eros Roberto. GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Direito Constitucional. Estudos em homenagem a Paulo Bonavides.** 1ª ed. 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2003.

GRINOVER, Ada Pellegrin. **Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo,** Brasília, Gazeta Jurídica, 2016.

GUERRERO, Luiz Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil.** Coleção Atlas de processo civil, Coord. Carlos Alverto Carmona, São Paulo, Atlas, 2015.

GOMES, Adalmir de Oliveira. GUIMARÁES, Tomás de Aquino. **Revista de Administração Pública.** Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. Vol. 47, nº 2, Rio de Janeiro, 2013. Acesso: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200005>.

KUHN, Thomas Samuel. **The Structure of Scientific Revolutions.** Editor-in-Chief Otto Neurath, United States of America, Second Edition, Enlarged. 1970.

LOSANO, Mário. **Sistema e estrutura do direito.** v. 1. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. 1ª ed. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2008.



LUHMANN, Niklas. **Law as a social system**. Translatede by Klaus A. Ziegert. Edited by Fatima Kastner and other. Oxford University Press. New York. USA. 2008.

_____. **Sociologia do Direito I e II**. Trad. Gustavo Bayer, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MEDEIROS, João Paulo Fontoura de. **Teoria Geral do processo. O processo como serviço público**. Curitiba: Juruá, 2005.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3ª ed., 11ª tiragem, São Paulo, 2003.

NEVES, Antonio Castanheira. **O direito hoje e com que sentido? O problema atual da autonomia do direito**. Coleção Pontos de Vista, Lisboa, 3ª edição, 2012.

_____. O “Jurisprudencialismo” - proposta de uma reconstituição crítica do sentido do direito. **Teoria do Direito. Direito interrogado hoje – Jurisprudencialismo: uma resposta possível?**, Salvador, Editora JusPodivn, p. 9-79, 2012.

_____. **Metodologia Jurídica. Problemas fundamentais**. Stvdia Ivridica I, Coimbra Editora, Reimpressão, Coimbra, 2013.

OLIVEIRA, Ana Parestrelo. **Arbitragem de litígios com entes públicos**. 2ª ed. Edições Almedinas: Coimbra, 2015.

PASTOR, Santos. **Eficiencia y eficacia de la justicia**. Papeles de Economía Española, n. 95, p. 272-305, 2003.

ROCHA, Leonel Severo. GERMANO, Schwartz. CLAM, Jean. **Introdução à teoria do sistema autopoietico do direito**. Porto Alegre, Livraria do advogado Editora, 2005.

SADEK, Maria T.; OLIVEIRA, Fabiana L. **Estudos, pesquisas e dados em Justiça**. In: OLIVEIRA, FabianaL. (Org.). **Justiça em foco: estudos empíricos**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3ª ed., 1ª Reimpressão, São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. Vol. 1, 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

SILVA, Paula Costa e. **A nova face da justiça. Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias**. Coimbra Editora. Lisboa, 2009.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 3ª ed., ver., atual, e ampl., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In, **Participação e processo**. Coordenação de Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco, Kazou Watanabe. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.